



APROVADA

ATA DO PLENO ORDINÁRIO DO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2018

1
2
3
4
5 No décimo oitavo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, às nove
6 horas e quarenta minutos, é declarado aberto por existência de quórum, o Pleno
7 Ordinário do Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do
8 Adolescente do Recife - COMDICA, na sede do órgão, situado na Rua Benfica, nº
9 373 - Madalena, Recife-PE, e a presidente Maria do Livramento de Aguiar coloca
10 para deliberação os seguintes temas em pauta: **APROVAÇÃO DAS ATAS;**
11 **DEMANDAS DAS COMISSÕES; CONTINUAÇÃO DA APROVAÇÃO DA**
12 **AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE VIOLÊNCIA; APROVAÇÃO DAS**
13 **PROPOSTAS DA AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ERRADICAÇÃO DO**
14 **TRABALHO INFANTIL; DEFINIÇÃO DE DATA PARA O PLANEJAMENTO DAS**
15 **AÇÕES 2019 E INFORMES GERAIS.** *Participaram do pleno na condição de*
16 *conselheiras(os): Maria do Livramento de Aguiar e Maria da Conceição Correia*
17 *Pereira (CRP); Ana Maria de Farias Lira (Secretaria de Desenvolvimento Social,*
18 *Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos); Germana Bezerra Suassuna*
19 *(Secretaria de Saúde); Andréa Ricardo de Castro (Secretaria de Educação); Albérico*
20 *Spinelli Correia dos Santos (Secretaria de Finanças); Severino de Souza Nogueira*
21 *(Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer); Andréa Maria Guerra Coimbra de*
22 *Carvalho (Procuradoria Geral do Município); Ana Paula Lins e Silva (Espro);*
23 *Valderlene Guimarães Santos (Crefito); Rafaela Ribeiro Saraiva da Costa (CRESS);*
24 *Evandro Alves de Freitas (Instituto Solidare); e, também, os seguintes representantes*
25 *da sociedade civil e convidados(as): Madalena Fuchs (Educandário Nossa Senhora*
26 *do Rosário); Tânia Tenório (Gestos); Patrícia Helena (LBV); Ana Paula Ferreira e*
27 *Ingrid Farias (ACTIONAID); Camilo Araújo (Santa Casa de Misericórdia/Educandário*
28 *Magalhães Bastos); Pedro Ribeiro (Etapas); Tereza Santoianni (Fundação Cecosne);*
29 *Irmã Francisca Graças de Jesus (IASDOC); Irmã Maria das Dôres B. de Sousa*
30 *(Instituto Nossa Senhora de Fátima); Nilce Mota (AJEM); Andréa Paula (Pão da*
31 *Vida/Coordenação do Fórum DCA) e os/as técnicos(as) do COMDICA, Aurely*
32 *Macedo, Roberta Sartori; Anderson Ferreira e Ieda Acioly (Sociopedagógico) e*
33 *Angélica Araújo (Comunicação) e, por fim, a secretária executiva, Simone Melo. A*
34 presidente inicia o pleno fazendo a leitura da ordem do dia e pergunta se existe
35 alguma proposta de mudança de pauta. Ela explica que o pleno será realizado
36 durante todo o dia com pausa para o almoço. **A presidente coloca para deliberação**
37 **a ata do dia 09 de outubro de 2018. A ata é aprovada pelo colegiado. Em regime**
38 **de aprovação, a presidente coloca para deliberação do pleno a ata do dia 30 de**
39 **outubro do 2018. A ata é aprovada pelo colegiado.** A presidente pede para seguir
40 a pauta com a apresentação das demandas das comissões. A técnica Roberta faz
41 apresentação do documento mensal de planejamento das atividades (em anexo). O
42 técnico Anderson apresenta a solicitação de registro da Associação de Pais, Amigos
43 e Pessoas com Deficiência de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade que
44 funciona na RPA1. Ele afirma que o eixo de atuação da entidade é a Orientação e
45 Apoio Sociofamiliar e Apoio sócio-educativo em meio aberto. Entre as ações
46 desenvolvidas, o Projeto Movimento utiliza o esporte em quatro áreas de atuação:



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

47 educacional, participação, alto rendimento e inclusão, diz o técnico. Ele diz ainda que
48 a instituição ainda oferece oficinas de artes, fotografia e inclusão digital e, também,
49 projetos de maracatu, grupo de apoio às famílias e ciclos de palestras. Entre as
50 parcerias da instituição, a Associação Atlética Banco do Brasil (AABB) que realiza o
51 Programa de Esporte e o Centro Integrado Empresa Escola (CIEE) junto ao Projeto
52 Empregabilidade que encaminha jovens e adultos para inclusão no mundo do
53 trabalho, diz Anderson. A recomendação técnica é quanto a concessão de registro da
54 entidade. O parecer da Comissão Sociopedagógica acompanha a recomendação
55 técnica. O conselheiro Albérico diz que entende "esporte de alto rendimento" como
56 profissionalismo. Ele pergunta se o COMDICA pode financiar esse tipo de atividade.
57 O técnico afirma que a entidade não aponta o financiamento de "esportes de alto
58 rendimento" no Plano de Trabalho. O conselheiro Nogueira diz que o "desporto de
59 rendimento" e/ou "desporto de alto rendimento" não necessariamente implica em
60 formar profissionais. Ele coloca que os termos indicam a qualidade do desporto e,
61 não, que alguém ganha algum tipo de recurso. Desporto funciona como vetor social,
62 diz Nogueira. O conselheiro lembra que existem hoje muitos(as) atletas
63 vencedores(as) e de sucesso que foram descobertos em diversos projetos sociais
64 espalhados pelo Brasil. O País tem um convênio com a Universidade de Miami para
65 formar atletas, afirma Nogueira. **Em regime de votação, a presidente pergunta ao**
66 **colegiado se aprova o parecer da Comissão Sociopedagógica. A resposta é**
67 **positiva e a concessão de registro da Associação de Pais, Amigos e Pessoas**
68 **com Deficiência de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade é**
69 **aprovado.** Dando continuidade a apresentação das demandas da Comissão
70 Sociopedagógica, a técnica lida apresenta a solicitação de inscrição de programas
71 da ESPRO, localizada na RPA 1. O eixo de atuação é o Apoio Socioeducativo em
72 Meio Aberto. O projeto/atividade é a aprendizagem em empreendedorismo e gestão
73 de pequenos negócios, diz a técnica. O público-alvo são adolescentes, de 14 a 17
74 anos e 11 meses, em situação de fragilização dos vínculos, oriundos do Sistema
75 Socioeducativo em Meio Aberto e cuja escolaridade é o ensino fundamental e médio
76 da rede pública de ensino. A capacidade de atendimento é de 16 (dezesseis)
77 adolescentes/famílias. Entre as parcerias do ESPRO estão o CRAS, CREAS,
78 conselho municipal de assistência social, Ministério do Trabalho e Desenvolvimento
79 Social, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego e empresas. lida coloca
80 que diante das averiguações realizadas na documentação, a recomendação é pela
81 concessão da inscrição do programa. O parecer da Comissão Sociopedagógica é
82 favorável a concessão de inscrição do programa que atende a demanda do Sistema
83 Socioeducativo em Meio Aberto, em consonância com o Sistema de Garantias de
84 Direitos, diz a técnica. A conselheira Andréa Castro enfatiza a importância da
85 concessão para a instituição já que o projeto/atividade vai trabalhar com o Sistema de
86 Garantia de Direitos e Sistema Socioeducativo em Meio Aberto. Ela explica que, após
87 o curso realizado em São Paulo sobre o tema, percebe a necessidade do
88 direcionamento mais macro de projetos nessa linha. Andréa coloca a importância ter
89 no COMDICA mais instituições que trabalhem essa área. A presidente diz que
90 concorda com a conselheira Andréa já que é sabido a importância de oferecer
91 oportunidade para os que estão sob medida socioeducativa e em situação de rua. **Em**
92 **regime de votação, a presidente pergunta ao colegiado se aprova o parecer da**



93 **Comissão Sociopedagógica. A resposta é positiva e a concessão de registro de**
94 **programa da ESPRO é aprovado.** A técnica leda faz a apresentação da solicitação
95 de registro de entidades da ACTIONAID DO BRASIL, localizada na RPA 6. O eixo de
96 atuação é a orientação sócio-familiar. O público-alvo são crianças e adolescentes de
97 05 a 18 anos de idade e sua capacidade de atendimento é de 240 crianças e
98 adolescentes e famílias. Leda informa que a entidade atua em algumas áreas do
99 Recife, mas a equipe técnica visitou a área de abrangência do Ibura, Vila 27 de abril,
100 Portelinha e UR-10. Entre as parcerias, leda destaca o conselho de moradores da
101 Vila 27 de abril da UR-10 e Etapas. Entre as articulações, a técnica cita o conselho
102 tutelar, CRAS, CREAS e posto de saúde. A equipe técnica da instituição é formada
103 por 01 educador pedagogo, 02 estagiárias de serviço social e 01 coordenação, diz
104 ela. Entre as atividades desenvolvidas, ela coloca que a instituição tem oficinas
105 pedagógicas com adolescentes, oficinas temáticas para as mulheres, oficinas com
106 jogos e atividades diversas e oficinas de contação de história. A técnica diz ainda que
107 diante das averiguações realizadas na documentação e em visita à entidade no dia
108 14/12/2018, a recomendação é pela concessão de registro. O parecer da Comissão
109 Sociopedagógica é pela concessão de registro. **Em regime de votação, a**
110 **presidente pergunta ao colegiado se aprova o parecer da Comissão**
111 **Sociopedagógica. A resposta é positiva e a concessão de registro da**
112 **ACTIONAID DO BRASIL é aprovado.** Dando continuidade, a técnica leda apresenta
113 a solicitação de concessão de registro da SAREPTA, localizada na RPA 6. O eixo de
114 atuação é a orientação e apoio sócio-familiar e o projeto/atividade é o apoio
115 pedagógico e orientação familiar. O público-alvo são crianças e adolescentes de 06 a
116 14 anos de idade das comunidades de Salina, Sítio Novo, Dancy Days, Aritana,
117 Cafesópolis, Ipsep e Imbiribeira, diz a técnica. A capacidade de atendimento é de 160
118 crianças e adolescentes, porém, devido a atual crise econômica, a instituição reduziu
119 o atendimento para 80 crianças e adolescentes, diz ela. Entre as atividades
120 oferecidas, leda destaca o reforço escolar, o grupo familiar, a orientação profissional
121 e as oficinas de arte, música e escoteiro. Entre as parcerias, a técnica cita a Igreja
122 Batista da Imbiribeira, a Faculdade Pernambucana de Saúde, Visão Mundial,
123 Sociedade Bíblica do Brasil. A recomendação técnica é pela concessão de registro e
124 o parecer da Comissão Sociopedagógica indica a concessão de registro da instituição,
125 afirma leda. **Em regime de votação, a presidente pergunta ao colegiado se**
126 **aprova o parecer da Comissão Sociopedagógica. A resposta é positiva e a**
127 **concessão de registro da SAREPTA é aprovado.** Dando continuidade as
128 demandas, a técnica Aurely apresenta a REDE CIDADÃ que encaminhou duas
129 solicitações ao COMDICA: registro de entidade e inscrição de programa. A primeira
130 solicitação apresentada é o registro de entidades. Aurely salienta que foi concedido
131 registro provisório no último pleno, ficando pendente para a concessão de registro
132 permanente visita a nova sede da entidade. Aurely afirma que o registro provisório é
133 de N°511, com data de 30/10/2018. O regime de atendimento é a orientação e apoio
134 sócio familiar, aprendizagem/profissionalização, diz a técnica. Ela diz que a visita
135 técnica foi realizada em 27/11/2018 e durante a visita ficou constatado que a
136 instituição funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h. A segunda solicitação
137 da entidade é quanto a inscrição de programas que no caso da Rede Cidadã são os
138 seguintes: Auxiliar em Serviços Administrativo; Comércio Varejista; Logística e



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

139 Ocupações Administrativas. O endereço da nova unidade que tem sede alugada é
140 Rua Gervásio Pires, nº 234, 5º andar, salas: 501 à 506, bairro da Boa Vista. A
141 representante legal desta unidade é Fernanda Barbosa Carneiro e a área de
142 abrangência é Recife e Região Metropolitana, afirma Aurely. A técnica coloca que o
143 período dos cursos é de, no mínimo, onze meses de duração e, no máximo, de
144 dezesseis meses, conforme a carga horária do curso ofertado, que pode ser de 4h ou
145 06h diárias. Ela diz que o público atendido é de adolescentes, a partir dos 14 anos e
146 jovens de até 24 anos de idade, prioritariamente em condições de vulnerabilidade
147 social. Para o público de pessoas com deficiência não há limite de idade e
148 escolaridade, afirma a técnica. A capacidade de atendimento por turmas é de 24
149 adolescentes e/ou jovens por turma. O acesso se dá por meio da busca espontânea
150 ou por encaminhamento dos equipamentos sociais, informa Aurely. A equipe técnica
151 é formada por 01 coordenação pedagógica, 01 psicólogo, 01 assistente social e 02
152 educadores sociais. A Rede Cidadã tem 03 salas de aula com banheiros masculino e
153 feminino, 01 sala de uso administrativo com banheiro, banheiros individuais
154 feminino/masculino, 01 área para lanche e 01 laboratório de informática. A instituição
155 possui ainda 65 cadeiras universitárias, 03 projetores, 06 computadores/notebook, 03
156 quadros brancos, 01 mesa de reunião/atendimento com 04 cadeiras, 01 mês de
157 escritório com 06 cadeiras, 02 armários, 01 telefone fixo, 01 flipchart, 01 telefone
158 celular institucional e 01 impressora, diz a técnica. Os cursos de aprendizagem
159 possuem carga horária prevista no Catálogo Nacional da Aprendizagem Profissional –
160 CONAP, de acordo com a CBO ou Arco Ocupacional. A técnica informa que a parte
161 teórica do programa é desenvolvida pela entidade qualificadora. Já a parte prática é
162 desenvolvida na empresa contratante e os adolescentes de 14 a 18 anos incompletos
163 não poderão realizar atividades práticas previstas no Decreto 6.481/2008 (Lista TIP),
164 salvo na condição de ambiente simulado, coloca Aurely. Entre as parcerias no
165 programa/projeto, CREAS, CRAS, Casa Menina Mulher e empresas como Antônio
166 Braz & Vanya Maia Advogados, BHG S/A Brazil Hospitalary Group, Casa de Farinha
167 S/A, Feirão da Mustardinha LTDA, Florentinos Pizzaria LTDA, Frutas Cantu Nordeste
168 LTDA, Gradar Produtos Farmacêuticos, Home Center Brasil, Intervia Veículos, entre
169 outras. Dito isso, a técnica comunica que, após análise documental realizada, é
170 possível identificar que a entidade formadora Rede Cidadã atende aos requisitos
171 solicitados e previstos na legislação vigente para execução do programa de
172 socioaprendizagem e considera-se por fim que, em caso de aprovação pelo colegiado
173 da Inscrição do Programa de Socioaprendizagem e seus 04 (quatro) cursos com
174 validade de 02 (dois) anos, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente,
175 seja estabelecido o registro definitivo da instituição Rede Cidadã. O parecer da
176 Comissão Sociopedagógica recomenda a concessão do Registro de entidade
177 permanente e a inscrição do Programa de Aprendizagem e dos cursos: Aprendiz em
178 Auxiliar de Serviços Administrativos - CBO 41105 – auxiliar de escritório, em geral;
179 Aprendiz em Comércio Varejista - CBO 521110 – Vendedor em comércio varejista;
180 Aprendiz em Logística - CBO 391115 – Controlador de entrada e saída; Aprendiz em
181 ocupações administrativas - CBO 411005 – Auxiliar de escritório, em geral. **Em**
182 **regime de votação, a presidente pergunta ao colegiado se aprova o parecer da**
183 **Comissão Sociopedagógica. A resposta é positiva e o parecer da Comissão**
184 **Sociopedagógica com a inscrição do Programa de Aprendizagem e dos cursos**



185 **e a concessão do registro de entidade permanente para a REDE CIDADÃ é**
186 **aprovado por unanimidade.** Dando continuidade as demandas, a técnica Aurely
187 apresenta a inscrição de serviço governamental das CASAS DE ACOLHIMENTO DO
188 ESTADO DE PERNAMBUCO - Casa da Madalena. A solicitante é a Secretaria
189 Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ). O protocolo
190 inicial é de abril/2017, com reiteração de solicitação em abril/2018. O público atendido
191 são crianças e adolescentes, da primeira infância até os 18 anos. A casa fica na RPA
192 4. A visita técnica foi realizada em 27.09.2018 pela técnica Aurely e a presidente. A
193 regulamentação do serviço está disposta na portaria estadual nº 101/2016, publicada
194 no Diário Oficial do Estado em 06/09/2016 – edição do Boletim Interno nº 033/16, que
195 dispõe sobre o funcionamento dos Serviços de Acolhimento Institucional para
196 crianças e adolescentes administrados pelo Estado de Pernambuco. Os Marcos
197 Legais: Lei 12.010, que dispõe sobre o direito à convivência familiar; Resolução
198 Conjunta CONANDA/CNAS nº 01 de 18/06/2009 que trata das Orientações Técnicas
199 para: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes; Decretos Federais nº
200 6.949 de 25/08/2009 - A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e
201 7.612 de 17/11/2011 - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A
202 técnica esclarece que a SDSCJ enviou para análise, em caráter individual para cada
203 uma das casas, os seguintes documentos: Formulário COMDICA para Inscrição de
204 Programas e Serviços; Projeto Político Pedagógico – PPP/2016; Declaração da
205 Agência Pernambucana de Vigilância Sanitária – APEVISA, contendo dados da
206 dispensa de licença de funcionamento, conforme Lei nº 6.437 artigo nº 10 de
207 20/08/77; Regimento Interno publicado no Diário Oficial do Estado nº 163 de
208 31/08/2016. A Casa de Acolhimento da Madalena foi fundada em 03/10/2006,
209 inicialmente vinculada a Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC) e atendia
210 apenas crianças até 07 (sete) anos de idade de ambos os sexos. Atualmente,
211 vinculada a SDSCJ, mantém o quantitativo de 20 (vinte) vagas, podendo chegar até
212 25 (vinte e cinco) acolhidos(as), ambos os sexos, das faixas de idade do 0 aos 18
213 anos completos. No dia da visita tinha 27 (vinte e sete) acolhidos(as), diz Aurely. Em
214 sua estrutura organizacional possui 28 (vinte e oito) profissionais em seu quadro,
215 entre ele, 01 Coordenadora, 02 Psicólogas, 02 Assistentes Sociais, 01 Advogada, 01
216 Pedagoga, 01 Nutricionista, 12 Educadores Sociais, 01 Enfermeira, 01 Técnica de
217 enfermagem, 02 Motoristas, 01 Porteiro, 02 Cozinheiras, 02 Serviços Gerais, 01
218 Auxiliar Administrativo e 02 Lavadeiras. Há no Projeto Político Pedagógico (PPP) e
219 Regimento Interno, a descrição de atividades para todos os cargos e funções. A casa
220 possui um pavimento térreo interno que possui 01 sala de estar, 02 banheiros, 01
221 almoxarifado, 01 cozinha, 01 sala de coordenação/equipe técnica, apoio
222 administrativo, espaço de leitura, área de serviço/lavanderia, 01 sala de reforço
223 escolar e 01 sala de apoio da enfermagem. Possui um pavimento superior com 02
224 quartos, 01 suíte, 01 banheiro, diz ela. Além de um pavimento térreo externo com 01
225 área de convivência coberta, 01 refeitório, área livre descoberta, 01 casa de gás, 01
226 área de piscina que está desativada. Aurely coloca que das três casas visitadas, a
227 que mais deixou a equipe técnica preocupada foi a Casa da Madalena em virtude de
228 ser pequena para o atendimento, possuir móveis precários e espaço de lazer
229 inadequado. Ela acrescenta que a casa está passando por reformas e que é preciso
230 uma estrutura mais lúdica, porém, independente de tudo, a equipe é muito



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

231 comprometida com o trabalho. A técnica coloca que por se tratar de um Serviço de
232 Acolhimento que atende a todos os municípios de Pernambuco, possui grande
233 articulação entre a SDSCJ, Varas da Infância e Juventude, Promotorias do Ministério
234 Público, Conselhos Tutelares, Secretarias da Assistência Social de outros municípios,
235 CRAS, CREAS. Um dado interessante na casa, segundo Aurely, é que assim que a
236 criança e/ou adolescente chega no local, a documentação é providenciada de
237 imediato assim como a triagem de saúde. Aurely informa que a visita técnica,
238 alcançou os objetivos a esta traçados, dos pontos elencados no parecer técnico,
239 outrora mencionado, a unidade Casa da Madalena, atende com ressalvas ao que
240 está previsto no ECA em seu art. 90 e 91, todavia neste mesmo artigo, determina-se
241 a inscrição de serviços governamentais neste presente conselho. O serviço possui
242 monitoramento e fiscalização constante por parte da 32ª e 33ª Promotoria da Infância
243 e Juventude da Capital, bem de Juízes das comarcas da Infância e Juventude da
244 Capital e do Estado, que já sinalizou ao COMDICA Recife, a necessidade deste
245 efeito. Assim sendo, no uso conferido em suas atribuições e no papel do controle
246 social, a partir da efetivação desta inscrição o COMDICA terá plenas condições para
247 o acompanhamento e monitoramento deste serviço estadual instalado na capital, no
248 que tange as informações aqui destacadas. Este relatório é complementar ao parecer
249 técnico de 11/09/2018 e a deliberação da Comissão Sociopedagógica. Com base
250 nestes dados, a técnica responsável, recomenda a comissão sociopedagógica a
251 inscrição da Casa de Acolhimento - Casa da Madalena, no COMDICA Recife. Em
252 reunião da Comissão Sociopedagógica, no dia 14 de dezembro, recomendamos a
253 inscrição da Casa da Madalena no COMDICA Recife. A conselheira Maria da
254 Conceição se diz preocupada com a aprovação da inscrição da casa já que a casa
255 sede não apresenta condições físicas adequadas para acolher as crianças e/ou
256 adolescentes. Ela pergunta que tipo de parceria o COMDICA está formando junto à
257 casa. A conselheira sugere que durante a apresentação a equipe disponibilize
258 imagens do espaço físico da instituição/organização que está sendo avaliada. A
259 conselheira Ana Farias informa que o SINASE indica que as casas de acolhimento
260 sejam de responsabilidade do município. Desde 2013, há uma grande discussão
261 sobre a municipalização das casas, diz a conselheira. O processo é muito complexo
262 em virtude dos técnicos disponíveis serem da Fundação de Atendimento
263 Socioeducativo (Funase) e a transferência dos profissionais é complicadíssimo, diz
264 ela. Já foi feita uma tentativa de municipalização de "porteira fechada", mas até agora
265 o processo não foi concluído, fala a conselheira. A conselheira afirma que a casa na
266 gestão estadual fere a legislação e o Estatuto da Criança e do Adolescente que indica
267 que a criança e/ou adolescente deve permanecer na comunidade de origem. A
268 conselheira sugere que o COMDICA busque uma aproximação maior com a estrutura
269 da Funase para que a sociedade entenda sobre o órgão. O estigma da fundação é
270 muito ruim, diz ela. A conselheira Germana ratifica a sugestão da conselheira Maria
271 de Conceição de incluir imagens nas apresentações que deliberam sobre concessão
272 de registro de entidade e inscrição de programas. **Em regime de votação, a**
273 **presidente pergunta ao colegiado se aprova o parecer da Comissão**
274 **Sociopedagógica. A resposta é positiva e a concessão de registro da Casa de**
275 **Acolhimento do Estado de Pernambuco - Casa da Madalena é aprovada.** Dando
276 continuidade as demandas, a técnica Aurely apresenta a inscrição de serviço



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

277 governamental das Casas de Acolhimento do Estado de Pernambuco - Casa Vovó
278 Geralda, localizada na RPA 5. A casa atende crianças e adolescentes e, ainda, um
279 público infantojuvenil com deficiência. A data da visita técnica foi em 01/10/2018 e a
280 técnica Roberta acompanhou. A Casa Vovó Geralda tem a fundação datada de
281 03/06/2003 e leva o nome da doadora do imóvel, Geralda Farias. Inicialmente a casa
282 se destinava a acolher adolescentes do sexo feminino, sob medida protetiva, com a
283 faixa etária entre 12 a 18 anos em que os pais foram destituídos do poder familiar.
284 Posteriormente, passou a atender crianças e adolescentes em situação de violação
285 de direitos, de ambos os sexos, na faixa etária de 0 a 18 anos sob medida protetiva
286 de acolhimento institucional. A meta de atendimento é de 20 crianças e adolescentes,
287 embora no dia da visita técnica foram contabilizadas um total de 24 crianças e
288 adolescentes. Entre os objetivos da casa, garantir a proteção integral às crianças e
289 adolescentes acolhidas. Os recursos humanos de sua estrutura organizacional
290 comporta 01 gestora, 02 psicólogas, 02 assistentes sociais (atualmente sem os
291 profissionais), 01 advogada (atualmente sem a profissional), 01 pedagoga, 01
292 nutricionista, 11 educadores sociais, 01 enfermeira, 01 técnica de enfermagem (em
293 regime rotativo), 01 professora, 04 motoristas, 01 porteiro, 03 cozinheiras, 02
294 auxiliares de serviços gerais, 01 auxiliar administrativo, 02 auxiliares de lavanderia e
295 02 vigias. A infra-estrutura comporta um pavimento térreo com 01 terraço, 01 sala de
296 estar, 01 copa, 01 banheiro, 02 almoxarifados, 01 dispensa, 01 cozinha, 01 sala
297 administrativa e técnica/sala de apoio/ guarda volumes dos profissionais, 01 sala de
298 apoio pedagógico e da enfermagem; um pavimento superior com 03 quartos, 01
299 suíte, 01 banheiro e, ainda, um pavimento térreo externo com 01 área livre
300 descoberta, 01 espaço para cilindros de gás, 03 banheiros, área livre descoberta, 01
301 área de apoio a lavanderia. Aurely informa que a Casa Vovó Geralda apresenta
302 melhores condições de infra-estrutura do que a Casa da Madalena e possui um
303 prédio anexo para atividades administrativas e descanso dos profissionais. A cozinha
304 é pequena e a área de refeição não comporta o público, diz ela. Há necessidade de
305 cama, colchão, lugar para guardar bolsa, informa a técnica. Aurely comunica que a
306 coordenadora disse que não permite a circulação das crianças e adolescente
307 próximos ao muro da casa por conta de espaços entre os tijolos que proporciona a
308 entrega de drogas. No Projeto Político Pedagógico da Casa Vovó Geralda existe um
309 mapa de fluxo de atendimento, onde se destaca, a articulação com o Sistema de
310 Garantia de Direitos, bem como, as etapas de inserção da criança ou adolescente ao
311 acolhimento, acompanhamento, processos junto ao judiciário, articulações com os
312 municípios de origem das crianças e adolescentes e o monitoramento sistemático.
313 Entre as parcerias, a casa tem uma rede na RPA4 e no seu entorno. Sobre o
314 monitoramento e o acompanhamento, a equipe realiza mensalmente o planejamento
315 das ações de monitoramento dos desligamentos e avaliação dos atendimentos que
316 inclui reunião de equipe técnica, educadores e gestores; escuta dos(as)
317 acolhidos(as), conforme dinâmica da casa e entrevistas com pais e familiares,
318 conforme dinâmica das inserções ao serviço e reunião de supervisão semanal. A
319 recomendação técnica determina a inscrição de serviços governamentais nos
320 Conselhos de Direito, muito embora se destaque importantes ressalvas para as
321 fragilidades da Casa Vovó Geralda descritas em relatório técnico de visita. A técnica
322 informa que o serviço possui monitoramento e fiscalização constante por parte da 32ª



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

323 e 33ª Promotoria da Infância e Juventude da Capital, assim como de Juízes das
324 Comarcas da Infância e Juventude da Capital e do Estado, que já sinaliza ao
325 COMDICA Recife, a necessidade deste efeito. Assim sendo, no uso conferido em
326 suas atribuições e no papel do controle social, a partir da efetivação desta inscrição, o
327 COMDICA terá plenas condições para o acompanhamento e monitoramento deste
328 serviço estadual instalado na capital, no que tange as informações aqui destacadas.
329 Aurely comunica ainda que o relatório complementa o parecer técnico de 11/09/2018
330 e a deliberação da Comissão Sociopedagógica em 20/09/2018. Com base nestes
331 dados, a técnica recomenda a inscrição da Casa Vovó Geralda no COMDICA. Em
332 reunião no dia 14 de dezembro, a Comissão Sociopedagógica recomenda a inscrição
333 da Casa Vovó Geralda no COMDICA Recife. O conselheiro Albérico diz que gostaria
334 de entender como credenciar uma entidade do estado se o COMDICA é órgão
335 municipal e, ainda, como será feito o monitoramento em virtude de tantas pendências
336 de estrutura física e profissional. A conselheira Ana Farias afirma que é uma
337 exigência da legislação, no sentido de que todas as casas de acolhida, das áreas
338 governamental e não governamental, sejam registradas pelo conselho municipal. Em
339 relação a ausência de pessoal, Ana Farias coloca que é previsto no tipo de
340 atendimento e que a equipe não necessariamente precisa ficar dentro das casas. A
341 conselheira fala ainda que as casas devem fazer uma articulação com a rede externa
342 para o desenvolvimento do trabalho, uma vez que a criança e o adolescente não
343 pode ficar restrito ao convívio apenas da casa. Ela acrescenta que no modelo antigo,
344 a exemplo da FEBEM, era preciso ter tudo, hoje não é assim. Não é possível privar
345 crianças e adolescentes da convivência comunitária, pondera Ana Farias. A casa de
346 acolhida é uma assistência social. É preciso que as crianças e adolescentes que
347 estejam na casa tenham acesso aos serviços, diz Ana. A conselheira afirma que o
348 COMDICA precisa, por exemplo, trazer a Funase para explicar melhor o trabalho
349 desenvolvido no local. Madalena Fuchs (Educandário Nossa Senhora do Rosário)
350 coloca que o registro precisa ser feito, segundo legislação, onde a sede da casa está
351 localizada. O acompanhamento do trabalho é feito em conjunto com os órgãos
352 estaduais e conselhos tutelares, diz Madalena. O conselheiro Evandro afirma que
353 compreende a preocupação do conselheiro Albérico já que o relatório aponta que em
354 cada uma das casas existem problemas estruturais que gera riscos para a saúde e
355 segurança. Evandro diz que é possível conceder o registro, embora é preciso
356 fortalecer o Ministério Público nas suas exigências diante do estado para a
357 adequação do espaço. Não é possível deixar a criança e o adolescente dentro de
358 uma estrutura de vulnerabilidade, fala o conselheiro. A sugestão é que o COMDICA
359 possa elaborar um documento para pressionar o Governo do Estado, nas suas
360 secretarias, para tomar uma atitude. A conselheira Andréa afirma que as casas estão
361 deterioradas, mas estão funcionando. O Estado cobra de outros órgãos, mas não faz
362 a tarefa de casa, diz Andréa. Enquanto COMDICA podemos fortalecer a solicitação,
363 com urgência, do Alvará de Funcionamento e é ele que vai afirmar se o prédio onde
364 funciona a casa é seguro ou não, argumenta a conselheira. O conselheiro Albérico
365 pede para que o Ministério Público possa ser notificado sobre a situação da casa. A
366 conselheira Ana Farias diz que é preciso que o COMDICA busque também o CEDCA-
367 PE para saber como o órgão está tratando a questão das casas de acolhida. A
368 conselheira Valderlene afirma que sua entidade tem representação no CEDCA-PE e



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

369 que a conselheira representante ficou de propor, em pleno, visita a casa para
370 avaliação da situação. A conselheira Rafaela sente que as crianças e adolescentes
371 da casa estão enclausuradas. Ela afirma que a negligência do Estado tem reforçado a
372 violência que as crianças e adolescentes sofreram na sua origem, no contexto
373 familiar. Mesmo que o registro seja aprovado por conta da legislação vigente, Rafaela
374 acredita que é importante apontar as ressalvas do colegiado em relação a infra-
375 estrutura da casa em documento. Em relação ao quadro técnico, a conselheira
376 concorda com Ana Farias sobre a questão de convivência comunitária, mas diz que é
377 fundamental que a casa tenha profissionais técnicos para acompanhamento particular
378 do familiar e da criança/adolescente. O olhar da equipe é determinante para o Juiz
379 dizer se a criança e/ou adolescente pode reinserir, diz ela. A conselheira afirma que
380 ausência de profissional técnico é prejudicial para as famílias e para as crianças e/ou
381 adolescentes no que diz respeito aos processos judiciais já que tem particularidades
382 que só um assistente social ou psicólogo consegue detectar e fazer a avaliação. A
383 presidente diz que acaba de ser aprovado o Marco Regulatório para Acolhimento de
384 Crianças e Adolescentes. Ela diz que dentro da modalidade acolhimento é importante
385 ter uma equipe técnica já que os casos são extremamente graves. A presidente
386 lembra que, em agosto, o colegiado deliberou a construção dos planos da Primeira
387 Infância e o de Convivência Familiar e Comunitária que são tarefas que devem seguir
388 para a próxima gestão. O avanço foi pouco, mas o trabalho já está sendo realizado no
389 Recife, desde 2006, afirma ela. A presidente diz que as casas de acolhida do
390 município ainda não conseguiram vir para o processo, mas que o registro no
391 COMDICA precisa ser realizado com todos os acolhimentos. Na oportunidade, ela
392 coloca que é preciso trazer todos(as) os(as) atores(atrizes) para uma discussão no
393 Plano de Convivência Familiar e Comunitária que é o horizonte da norma técnica do
394 acolhimento. A técnica Aurely esclarece que, no momento da visita, a casa estava
395 aguardando a chegada de alguns profissionais em virtude do andamento de uma
396 seleção simplificada realizada pelo Governo do Estado. Ela completa que entre os
397 desafios enfrentados, a rotatividade dos profissionais para o atendimento é um deles.
398 **Em regime de votação, a presidente pergunta ao colegiado se aprova o parecer**
399 **da Comissão Sociopedagógica. A resposta é positiva e a concessão de registro**
400 **da Casa de Acolhimento do Estado de Pernambuco - Casa Vovó Geralda é**
401 **aprovada.** Dando continuidade as demandas, a técnica Aurely apresenta a inscrição
402 de serviço governamental das Casas de Acolhimento do Estado de Pernambuco -
403 Comunidade Rodolfo Aureliano (CRAUR), localizada na RPA 4. Aurely informa que,
404 de todas as unidades, é a que chama mais atenção do Ministério Público por conta
405 das denúncias e o perfil da casa que atende de crianças a adultos. A técnica explica
406 que o CRAUR é formado por quatro casas dentro de apenas um terreno. Ela diz que
407 o perfil do CRAUR é diferenciado e que a conselheira Valderlene acompanhou a
408 visita. Aurely diz que o espaço é bastante sereno apesar do público atendido possuir
409 transtorno mental. Hoje o CRAUR possui 29 (vinte e nove) acolhidos(as) e o quadro
410 profissional é de longa data, cerca de 30, 40 anos de atuação, o que destaca um
411 vínculo forte, afirma a técnica. O espaço também conta com voluntários(as). Aurely
412 fala que o Ministério Público vem cobrando o Estado quanto ao eixo de atendimento
413 do CRAUR para saber se a casa é uma comunidade terapêutica ou uma casa lar. A
414 equipe técnica do COMDICA posicionou o CRAUR com o eixo de acolhimento



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

415 institucional, diz a técnica. Ela afirma que a reinserção se deve a parceria construída
416 junto aos conselhos tutelares. Na metodologia contida no PPP/2016, item 8, o
417 CRAUR destaca as formas de atendimento – focadas no atendimento grupal, existe
418 um total de 06 (seis) grupos, cada um deles facilitado por profissionais específicos e a
419 demanda/tarefa a ser trabalhada apresentam: Grupo de AVD (atividades da vida
420 diária) e linguagem; Grupo de Socialização; Grupo de Estimulação Sensorial; Grupo
421 de Convivência; Grupo com Atividade Musical – Banda Tocando do Meu Jeito; Grupo
422 Pedagógico. Além disso, o CRAUR desenvolvem ainda, segundo o PPP/2016 no item
423 9, atividades psicossociais de passeios para equipamentos culturais como zoológico,
424 shoppings, praças, praia; visitas e encontros com as famílias e pessoas de referência
425 na comunidade; inclusão escolar; festas realizadas pela comunidade e por
426 instituições religiosas e comemoração de aniversários. Aurely coloca que o CRAUR
427 dispõe dos seguintes recursos humanos: 01 coordenadora, 01 coordenadora técnica,
428 01 nutricionista, 01 assistente social, 01 psicóloga, 01 médica, 01 dentista, 01
429 terapeuta ocupacional, 02 agentes administrativos, 01 almoxarife, 33 educadores
430 sociais, 02 enfermeiras, 12 técnicas de enfermagem, 04 motoristas, 04 cozinheiras,
431 12 serviços gerais, 01 fisioterapeuta, 01 fonoaudiólogo, 01 auxiliar administrativo, 04
432 auxiliares de lavanderia, 04 guarda patrimonial e 02 vigias. A conselheira Maria da
433 Conceição diz se preocupar com alguns funcionários(as) da casa na relação vincular
434 já que o profissional, nessas casas, deixa de representar o técnico e passa a ser a
435 pessoa, e isso é muito perigoso. A conselheira diz que é preciso que o Estado
436 trabalhe essas relações de modo a apoiar esses profissionais que ali estão há tantos
437 anos. O COMDICA precisa pensar também nisso, afirma a conselheira. A conselheira
438 Ana Farias coloca que, muitas vezes, as casas não são apropriadas para atender o
439 público e o atendimento, em virtude de serem alugadas. Ela coloca que esse
440 problema não é só do Estado, mas, sim, do município também. Ana Farias diz que já
441 sugeriu a secretária Ana Rita Suassuna um projeto arquitetônico de casa de acolhida
442 para atender crianças e adolésce, com espaços físicos interno e externo. A
443 conselheira diz que o CRAUR, no passado, recebeu uma população abandonada e
444 com deficiência à época que funcionava em Jaboatão dos Guararapes. Ana Farias
445 coloca que o CRAUR é uma instituição doente por sua história e marca, devido as
446 condições em que nasceu, no meio de uma ditadura militar e um Código de Menores.
447 Com relação aos profissionais, Ana diz que é preciso cuidar dos seus cuidadores(as).
448 Ela diz que o COMDICA precisa buscar o CEDCA-PE e fazer uma atuação junto ao
449 Judiciário, Ministério Público, já que as crianças e adolescentes que estão hoje nas
450 casas cumprindo medida socioeducativa poderiam ser direcionados para outro
451 processo de atendimento. Dito isso, Aurely explica que o CRAUR passará por um
452 reordenamento por determinação do Ministério Público e Varas da Infância e
453 Juventude e que ambos apontam a multiplicidade de faixas etárias no atendimento
454 prestado, necessitando de uma divisão e especificação do serviço em Residência
455 Terapêutica, Casa Lar, Acolhimento Institucional, mesmo que aconteçam no mesmo
456 espaço, uma vez que possuem sede própria. O parecer da técnica aponta ainda que
457 se identifica a necessidade de uma metodologia de trabalho específica para cada
458 perfil e faixa etária, sem desconstruir os laços já estabelecidos. Dos pontos elencados
459 no parecer técnico, a unidade CRAUR atende ao que está previsto no Estatuto da
460 Criança e do Adolescente, artigo 90 e 91, no que tange a inscrição de serviços



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

461 governamentais que atendam crianças e adolescentes, coloca Aurely. O parecer da
462 Comissão Sociopedagógica, datada de 14 de dezembro de 2018, recomenda a
463 inscrição da Comunidade Rodolfo Aureliano (CRAUR) no COMDICA. **Em regime de**
464 **votação, a presidente pergunta ao colegiado se aprova o parecer da Comissão**
465 **Sociopedagógica. A resposta é positiva e a concessão de registro da Casa de**
466 **Acolhimento do Estado de Pernambuco - Comunidade Rodolfo Aureliano**
467 **(CRAUR) é aprovada.** A presidente afirma que gostaria de fazer a leitura do nome de
468 14 (quatorze) instituições que, ao longo do ano, solicitaram concessão de registro no
469 COMDICA e foram avaliadas pela equipe técnica e Comissão Sociopedagógica,
470 fechando uma pauta que estava em aberto desde 2014 com alguns acúmulos,
471 zerando a demanda reprimida, são elas: Gestos, Lar Plesbiteriano Vale do Senhor,
472 Integrarte, IASDOC, Aldeias Infantis-SOS Brasil, Associação para a Restauração do
473 Homem, Educandário Casa da Divina Providência, Instituto Geração 4, Abrigo Jesus
474 Menino de Órfãos (AJEM), Centro Escola Mangue, Instituto Antônio Pessoa de
475 Queiroz, Movimento de Assistência e Inclusão Social Mais Consultoria, IMIP, Centro
476 de Educação Comunitária Gabriela Feliz e as que foram deliberadas hoje, dia 18.
477 Dando continuidade ao pleno, a conselheira Andréa Castro comunica que participou,
478 junto com o conselheiro Albérico, de curso em São Paulo, dias 10 e 11 de dezembro,
479 sobre sistema socioeducativo. Ela informa que o Plano Municipal Socioeducativo foi
480 aprovado e lançado e, no momento, está sendo formado uma equipe com 17
481 (dezessete) integrantes para monitoria. A conselheira diz que é importante os(as)
482 conselheiros(as) e equipe técnica sociopedagógica conheça e estude o plano. O
483 conselheiro Albérico fala que o trabalho realizado não é mais uma avaliação do plano
484 e, sim, monitoramento na implementação. Albérico diz que sugeriu que as reuniões
485 da equipe de monitoria sejam realizadas na nova sede do COMDICA para uma maior
486 aproximação do órgão com a Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventudes,
487 Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos, a frente do trabalho. No momento, a
488 presidente agradece a todo colegiado e equipe pelo trabalho realizado e espera que
489 2019 seja de continuidade. A conselheira Ana Farias afirma que foi designada pela
490 secretária Ana Rita Suassuna e pelo prefeito Geraldo Júlio para fazer uma fala de
491 agradecimento a todos os que fazem o COMDICA. Ela diz que a gestão de uma
492 cidade não se faz sozinha. As divergências devem ser trazidas e objeto de reflexão e
493 crescimento, diz a conselheira. Ela afirma que a equipe pegou muito trabalho esse
494 ano com a organização de duas conferências e realização da revisão dos planos. O
495 conselheiro Evandro coloca que quando chegou há dois anos no COMDICA não tinha
496 noção da quantidade de trabalho que existe dentro dos conselhos e a luta é dantesca.
497 O conselheiro afirma que contribuiu em várias comissões e, assim, pôde perceber o
498 quanto é importante os pareceres prontos da equipe técnica para o trabalho fluir. Ele
499 agradece a toda a equipe do conselho e deseja coragem para os novos desafios da
500 vida. A conselheira Valderlene agradece pelo aprendizado e, em especial, pede
501 desculpas a cada um dos integrantes da equipe técnica por ter chegado no
502 COMDICA com uma outra visão do trabalho. O conselheiro Nogueira se coloca a
503 disposição para a construção coletiva. A conselheira Andréa Castro diz ter sido
504 conquistada pela equipe e que assume em 2019 uma outra pasta, mas a condição
505 para assumir o convite na Secretaria de Educação é permanecer no COMDICA. A
506 secretaria executiva, Simone Melo, agradece o colegiado, em especial à presidente,



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

507 pela gestão movimentada e de muito trabalho. Ela fala que a equipe é pequena,
508 porém comprometida no que faz. A secretária diz ainda que toda equipe é unida,
509 trabalha muito e está à disposição. Ela finaliza lembrando que o ano de 2019 será
510 atípico e de eleição dos conselhos tutelares. A conselheira Maria da Conceição faz
511 um agradecimento especial à presidente, representante do CRP, que se dedicou a
512 gestão do órgão. Ela diz que sabe das dificuldades existente em gestar um conselho
513 e o quanto o processo democrático é complexo. Ela afirma que está muito feliz com o
514 resultado da gestão e que gostaria de ter participado mais como conselheira suplente
515 e como cidadã. É preciso todo um processo empático para a causa da criança e do
516 adolescente, coloca a conselheira. Ela diz que é preciso caminhar e deseja muita
517 saúde e paz a todos(as) que estão à frente da luta pelos direitos de crianças e
518 adolescentes em nosso País. Finalizada a fala da conselheira Maria da Conceição, a
519 presidente agradece as palavras. Seguindo com o pleno, a mesma informa que saiu o
520 resultado das eleições para a representação da sociedade civil. Ela diz que onze
521 instituições concorreram. Para compor o colegiado no biênio 2019-2020, foram
522 eleitas: CIEE, Centro Dom Helder Câmara de Estudo e Ação Social, Conselho
523 Regional de Psicologia (CRP), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Escola
524 Dom Bosco, Associação para a Restauração do Homem, Lar Plesbiteriano Vale do
525 Senhor e Instituto *Solidare*, afirma ela. O segundo informe é que o COMDICA entra
526 em recesso de final de ano no próximo dia 21 e retorna as atividades normais no dia
527 02 de janeiro de 2019. A perspectiva para a mudança é dia 07 de janeiro de 2019 e,
528 só após a chegada na nova sede, é que os(as) novos(as) conselheiros(as) serão
529 empossados, diz ela. O outro informe é a segunda etapa do processo de
530 recadastramento das entidades registradas que se inicia com as visitas
531 sociopedagógicas no início da próxima gestão, diz ela. A presidente afirma ainda que
532 foram enviados, semana passada, os relatórios das conferências lúdica e magna para
533 o CEDCA-PE. O último aviso é que o COMDICA recebeu das promotoras Dra.
534 Jacqueline Guilherme Aymar Elihimas e Dra. Rosa Maria Salvi da Carvalheira, 32ª e
535 33ª Promotorias de Justiça e Defesa da Cidadania da Capital, ofício (em anexo) para
536 conhecimento e orientação aos usuários quanto ao registro de ocorrências de crimes
537 contra a criança e adolescente, nos horários noturnos, finais de semana e feriados,
538 que passa a ser realizado pela 1ª Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher -
539 DEAM. A mesma faz a leitura da portaria para ciência do pleno. Dito isso, a
540 presidente segue com a continuação da avaliação do Plano Municipal de Violência
541 Sexual contra Crianças e Adolescentes (em anexo). A técnica Aurely inicia a leitura
542 de onde o colegiado interrompeu o processo de deliberação, dia 09 de outubro do
543 corrente. No Eixo 2, Objetivo 2.4, "*Adotar medidas coercitivas em relação ao tráfico
544 de crianças e adolescentes*". Eixo 3, Objetivo 3.5, Ação 3.5.2, acrescentar na
545 proposta 1, após a palavra "instituições", o termo "e programas", assim leia-se:
546 "*Participação efetiva das instituições e programas que estão inscritos no COMDICA
547 nos eventos do FOSCAR*". No Eixo 4, Objetivo 4.1, Ação 4.1.3, acrescentar na
548 fragilidade: "*Dificuldade da atenção básica na notificação*" e na proposta 3:
549 "*Capacitação das equipes de atenção básica para notificação*". No Eixo, Objetivo 4.3,
550 Ação 4.3.3, acrescentar na Ação, após a palavra "visando", "*grandes eventos e
551 agendas culturais*", assim leia-se: "*Campanhas prévias nos meios de comunicação,
552 como forma de prevenir a exploração sexual, visando grandes eventos e agendas*



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

553 culturais". Já em Avanços, na mesma Ação, acrescentar após a palavra "ações",
554 "previstas e realizadas", assim leia-se: "Ações previstas e realizadas". Em Propostas,
555 na mesma Ação, acrescentar "Buscar parcerias público-privadas". No Eixo 5, Objetivo
556 5.1, Ação 5.1.4, acrescentar as duas ações "Estabelecer um cronograma de
557 formação continuada que contribua para o fortalecimento do Sistema de Garantia de
558 Direitos" e "Desenvolver estratégias para fazer as denúncias". No Eixo 5, Objetivo
559 5.2, Ação 5.2.2, acrescentar as duas ações "Ampliar o diálogo com as organizações
560 da sociedade civil" e "Utilizar no processo de comunicação as diversas mídias
561 sociais". No Eixo 5, Objetivo 5.4, Ação 5.4.1, acrescentar após a palavra "hotéis",
562 "associações/organizações de profissionais ligadas ao turismo, os taxistas, motoristas
563 de aplicativos e todos os que se envolvem com o turismo", assim leia-se: "Implantar
564 um programa de formação continuada através de parcerias público/privada com
565 participação do terceiro setor que envolvam: a mídia, os hotéis,
566 associações/organizações de profissionais ligadas ao turismo, os taxistas, motoristas
567 de aplicativos e todos os que se envolvem com o turismo". No mesmo objetivo, na
568 Ação 5.4.2, acrescentar em Fragilidades, após a palavra "chamados", a seguinte
569 frase: "Registramos que o COMDICA participou de todo o processo junto à rede
570 através das várias ações desenvolvidas com a gestão e a Rede de Garantia de
571 Direitos, participações que geraram frutos como os espaços de convivência e
572 segurança de crianças e adolescentes em grandes eventos". No Eixo 6, Objetivo 6.2,
573 Proposta 1, acrescentar após a palavra "escolhido", "grupo de trabalho", assim leia-
574 se: "Que seja escolhido grupo de trabalho para articulação e mobilização da mídia
575 para veiculação de reportagens sobre violência sexual contra crianças e
576 adolescentes". No Eixo 6, Objetivo 6.3, Ação 6.3.1, acrescentar a Proposta 1,
577 "Construir a política de comunicação". No Eixo 6, Objetivo 6.3, Ação 6.3.2,
578 acrescentar em Fragilidade: "Todos os atores do Sistema de Garantia de Direitos são
579 responsáveis pelo monitoramento. A fiscalização é realizada pelo COMDICA" e em
580 Proposta, acrescentar após a palavra "adolescentes" o seguinte texto: "Participem
581 das ações integradas para que", assim leia-se: "Fazer com que todas as
582 organizações, institucionais ou não, que trabalharem com crianças e adolescentes,
583 participem das ações integradas para que façam o monitoramento". No Eixo 6,
584 Objetivo 6.4, Ação 6.4.2, acrescentar a seguinte Proposta: "Incentivar a participação
585 da Rede de Enfrentamento da Violência Sexual nos espaços da política da criança e
586 do adolescente no município" e, mais, "Construir uma agenda de ações articuladas
587 com os conselhos setoriais e secretarias municipais para efetivar as políticas". No
588 Eixo 6, Objetivo 6.5, Ação 6.5.1, acrescentar na Proposta 1: "Publicar a atualização
589 do Plano Municipal de Violência Sexual" e, mais, "Disseminar o referido documento
590 entre os atores". No Eixo 6, Objetivo 6.5, Ação 6.5.2, acrescentar em Fragilidade o
591 seguinte item: "Não houve divulgação suficiente do plano municipal". No Eixo 6,
592 Objetivo 6.5, Ação 6.5.3, acrescentar em Fragilidade o seguinte item: "Registramos
593 que o portal é alimentado diariamente pela assessoria de Comunicação do
594 COMDICA" e, em Proposta, o seguinte item: "Registramos que o link já existe
595 configurado na forma de portal". No Eixo 6, Objetivo 6.6, Ação 6.6.1, acrescentar em
596 Avanço a seguinte informação: "Não houve a avaliação processual" e, em Proposta,
597 "Elaboração, implantação e implementação de instrumentais avaliativos processuais
598 que auxiliem na avaliação dos impactos". No Eixo 6, Objetivo 6.6, Ação 6.6.2,



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

599 acrescentar em Proposta: "*Desenvolver estratégias que contribua para os sistemas*
600 *avaliativos*" e, ainda, "*Realização de diagnósticos com fomento de pesquisas*
601 *acadêmicas*". No Eixo 7, Objetivo 7.1, Ação 7.1.1, acrescentar em Fragilidade: "*A*
602 *discussão sobre orçamento é insuficiente*". No Eixo 7, Objetivo 7.1, Ação 7.1.2,
603 acrescentar em Proposta, no início da frase: "*Fortalecer as comissões*", assim leia-se:
604 "*Fortalecer as comissões dentro do COMDICA para o planejamento, articulação e*
605 *realização de audiências públicas. (Uma audiência imediata, antes da aprovação*
606 *PPA, LDO e LOA)*". No Eixo 7, Objetivo 7.1, Ação 7.1.4, acrescentar em Proposta e
607 após a palavra "*campanha*" o termo "*permanente*", assim leia-se: "*Criar campanhas*
608 *permanentes, com ampla divulgação, do benefício fiscal para doação ao fundo*
609 *municipal da criança e do adolescente, potencializado o uso das redes sociais,*
610 *inclusive explorando os espaços da gestão municipal na TV, e nos meios de*
611 *comunicação em Geral. (Desconsiderando a criação do site proposto / fortalecendo*
612 *os canais já existentes) (comissão de comunicação/permanente)*". No Eixo 7, Objetivo
613 7.1, Ação 7.1.5, acrescentar em Proposta "*Fortalecer a discussão política sobre o*
614 *eixo de violência*". No Eixo 7, Objetivo 7.1, Ação 7.1.6, acrescentar após a palavra
615 "*orçamento/finanças*", "*políticas públicas*", assim leia-se: "*Exigir o pleno*
616 *funcionamento da comissão de orçamento/finanças e políticas públicas, em*
617 *articulação com a comissão sociopedagógica. (desconsiderar a criação do GT*
618 *proposto) (prazo imediato e permanente)*". No Eixo 8, Objetivo 8.1, Ação 8.1.1,
619 acrescentar a palavra "*políticas públicas*", em Proposta, após o trecho: "*Criar GT*
620 *envolvendo comissões sócio pedagógica, de finanças...*", assim leia-se: "*Criar GT*
621 *envolvendo comissões sócio pedagógica, de finanças, de políticas públicas e equipe*
622 *técnica para definir uma sistemática de monitoramento e avaliação do plano. (2017)*".
623 No Eixo 8, Objetivo 8.1, Ação 8.1.2, acrescentar, em Proposta, "*políticas públicas*",
624 assim leia-se: "*Criar GT envolvendo comissões sócio pedagógica, de finanças, de*
625 *políticas públicas e equipe técnica para definir uma sistemática de monitoramento e*
626 *avaliação do plano. (imediato)*". **Ao final das deliberações, a presidente afirma que**
627 **o colegiado assim conclui a aprovação do Plano Municipal de Enfrentamento à**
628 **Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, ficando o Plano de Prevenção**
629 **do Trabalho Infantil para a próxima gestão.** Finalizada a discussão e não havendo
630 nada mais a tratar, a presidente encerra o pleno às 16h14.

631
632
633 Recife, 18 de dezembro de 2018

634
635
636
637 **Maria do Livramento de Aguiar**
638 Presidente



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

- 646
647
648
649
650 Ana Maria de Farias Lira
651 (Conselheira / Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e
652 Direitos Humanos)
653
654
655
656
657 Germana Bezerra Suassuna
658 (Conselheira / Secretaria de Saúde)
659
660
661
662
663 Andréa Ricardo de Castro
664 (Conselheira / Secretaria de Educação)
665
666
667
668
669 Albérico Spinelli Correia dos Santos
670 (Conselheiro / Secretaria de Finanças);
671
672
673
674
675 Severino de Souza Nogueira
676 (Conselheiro / Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer);
677
678
679
680
681 Andréa Maria Guerra Coimbra de Carvalho
682 (Conselheira / Procuradoria Geral do Município)
683
684
685
686
687 Ana Paula Lins e Silva
688 (Conselheira / ESPRO);
689
690
691
692
693 Valderlene Guimarães Santos
694 (Conselheira / Crefito);
695



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

696

697

698

699

Rafaela Ribeiro Saraiva da Costa

700 (Conselheira / CRESS);

701

702

703

704

705

Evandro Alves de Freitas

706 (Conselheiro / Instituto Solidare);



COMDICA